

2. Imagens e miragens: O projeto mundial-federalista

Renato Caporali Cordeiro *

Nestes anos 80, parece prudente considerar o projeto de um mundo federalista ou de uma Federação Mundial como mais uma dentre as utopias desta era que talvez ora se encerre: a era das revoluções, das utopias sociais, econômicas e políticas. Suprema utopia a do mundo sem fronteiras, sem nações, sem guerras, sem tiranias! Mas, mesmo conferindo às utopias sua merecida relevância – a de fundadora das grandes ações humanas, instauradora dos projetos deliberados de transformação do mundo – seria também conveniente, por outro lado, perceber que o mundo caminha, sim, de forma lenta mas inexorável, conflitiva mas firme, por uma necessidade não tanto de suas mais altruísticas intenções mas de seus próprios mecanismos ativos, para uma organização de tipo federalista a nível mundial. Miragem de um futuro melhor, imagem virtual de um processo em marcha; o projeto federalista mundial nasce das contradições do mundo contemporâneo, cresce sobre os seus movimentos e esbarra nos seus limites.

1 O PROJETO FEDERALISTA

O projeto federalista tem suas raízes entre as grades utopias políticas surgidas a partir do século XIX. De um lado, ele deriva de um desvio do projeto comunista original, fundado sobre a tese de que os Estados-Nação nasceram e continuam sendo um instrumento das classes burguesas para a apropriação do mundo exterior, e que as classes trabalhadoras, universalizadas sob o processo capitalista de produção, seriam capazes de superar os limites ideológicos criados em torno da necessidade de uma separação competitiva dos diversos países. As revoluções socialistas preparariam a eliminação dos fundamentos históricos dos diversos aparelhos de Estado, unindo o proletariado de todo o mundo em torno de um grande projeto de fraternidade universal – o mundo comunista. A ideologia socialista, cuja implementação histórica enfrentou dificuldades inesperadas, se tornará uma das forças mobilizadas em torno da proposta federalista, que é menos ambiciosa e menos dogmática de um ponto de vista econômico e político, mas suficientemente sublime para atrair a paixão construtiva dos socialistas.

Uma segunda fonte do federalismo mundial são as filosofias humanistas, que se constituíram no seio do iluminismo e se "modernizaram" com o positivismo novecentista. Decadentes após a Primeira Guerra, reemergiram com alguma forma e sobretudo muitas esperanças, da tragédia da Segunda Guerra Mundial, reconstruída sobre o absurdo das tiranias nazi-fascistas. A Organização das Nações Unidas foi o solo onde

* Economista, Mestre em filosofia, Doutorando pela EHESS de Paris.

se implantaram suas esperanças maiores. Esta vertente, mais pragmática, avessa às grandes utopias "exóticas" e, sobretudo, inscrita ainda no universo ideológico do patriotismo, será uma força discreta, simpática, mas pouco ativa na construção de um projeto mundial-federalista.

Mas o verdadeiro berço, inspirador e constituinte de suas ações políticas iniciais, será a filosofia política difundida por Gandhi. Esta se fundamenta numa crítica radical da economia enquanto jogo competitivo, cujos objetivos imediatos são a riqueza privada e os mediatos, a riqueza da nação: crítica da idéia de que o egoísmo individual pode constituir uma ação social positiva e que as transformações econômicas impostas pela produtividade são inevitáveis e não devem ser evitadas. Gandhi foi, antes de tudo, um moralista no campo dos costumes e um ético no campo econômico. Sua proposta será a de que a economia não deve comandar a vida social, mas que a vida social deve comandar a economia. Vivendo num país vítima do hipócrita (posto que antes de tudo colonialista) "liberalismo" inglês, Gandhi recusara decididamente a noção de que o homem deve aceitar a produtividade e a rentabilidade como os critérios primários para acionar ou deixar de acionar os sistemas de produção.

Segundo sua filosofia econômica (pois efetivamente foi isso que Gandhi construiu), se uma estrutura produtiva é antiquada mas se justifica socialmente, pois gera emprego ou ocupa de forma saudável as pessoas de uma comunidade, ela jamais deve ser abandonada. A categoria do "antieconômico" será virtualmente abandonada. Por outro lado, se um método produtivo for extremamente eficiente mas destrutivo para com o meio ambiente, nocivo à saúde dos que nele trabalham, ou prejudicial à paz entre os povos, ele jamais deverá ser posto em prática. Sua proposta é, portanto, a de submeter o jogo econômico ao critério ético. Trata-se de uma filosofia econômica radicalmente contrária ao liberalismo, mesmo o mais humanista, e profundamente diferente do racionalismo marxista. No entanto, por paradoxal que pareça à primeira vista, são estas três correntes que se encontrarão unidas em prol deste novo projeto político e econômico para a humanidade. Suas profundas diferenças parecem ter sido superadas por realidades novas, cuja força e evidência impuseram a necessidade de construção de uma proposta nova.

2 NECESSIDADE E CONVENIÊNCIA

São dois fatores críticos e uma conveniência econômica do mundo contemporâneo os fenômenos fundadores do projeto mundial-federalista. De um lado, a crise ecológica com seu apêndice holocástico, que é o arsenal atômico. Após duas décadas de evidência de que o sistema produtivo e de consumo do mundo desenvolvido não poderá perpetuar-se nos atuais padrões, tornou-se claro, a uma parte significativa da comunidade científica de quase todos os países, que os padrões de relacionamento baseados na soberania nacional são incompatíveis com a natureza dos problemas existentes e das soluções que deverão ser buscadas. Leiamos apenas um trecho do relatório de uma comissão que foi designada pela Organização das Nações Unidas (ONU) para analisar o problema ecológico, reunindo cientistas e homens públicos de vários países. Essa comissão, após cinco anos de debate e estudos realizados em todo o mundo, chega a uma conclusão clara:

"As formas tradicionais de soberania nacional são cada vez mais superadas pelas realidades de interdependência ecológica e econômica. (...) O caráter de integração e de interdependência dos desafios e dos problemas novos contrasta flagrantemente com a natureza das instituições existentes atualmente" (Nações Unidas, Paris, cap. 10, 10 §; cap. 12, 10^o §).

Esse relatório intitulado **Nosso Futuro Comum** expõe a questão de forma límpida: os problemas ecológicos não respeitam as fronteiras e sua solução depende de ações que transcendem a esfera nacional. Trata-se de um problema planetário e como tal deve ser encarado. A vida econômica moderna universalizou as relações homem/natureza e os problemas delas decorrentes, sendo necessário, agora, adaptar as instituições políticas dos diversos países a esta dimensão universal, global, dos problemas ecológicos. Se isto não for feito, ou seja, se os diversos países tentarem escapar dos problemas atuais através das soluções tradicionais – a competição inter-nações – podemos esperar o pior: a guerra. Por sua vez, a realidade dos armamentos atômicos sugere que esta solução sequer deva ser vislumbrada.

O segundo fator propulsor do internacionalismo, entretanto, é na realidade o caráter crescentemente interdependente das diversas economias nacionais, fruto da extensão à escala universal da divisão do trabalho, da diversificação dos sistemas produtivos e do extrapolamento das fronteiras nacionais. As bases produtivas já não são mais particulares aos diversos países. As empresas se "multinacionalizaram", os intercâmbios se acentuaram. Os sistemas econômicos, se ainda não são universais, de forma que possamos falar de um sistema econômico, ultrapassam de muito as dimensões das fronteiras nacionais.

3 TENDÊNCIAS CONCRETAS DE MUNDIALIZAÇÃO

Fenômenos políticos e econômicos de emergência de regiões federalizadas no mundo moderno já podem ser detectados, alguns em avançado grau de efetividade. Dentre eles, o mais importante é a eliminação das fronteiras econômicas, isto é, de todas as barreiras alfandegárias na Europa Ocidental, que será consumado em 1992, estando atualmente em acelerado processo de organização. Isso será feito, inclusive, através do deslocamento progressivo dos centros de comando das economias nacionais para um único centro Europeu, que, no caso, vem a ser Bruxelas, sede da Comunidade Econômica Européia. A longo prazo a Europa unificada será levada a introduzir transformações significativas, inéditas no quadro das estruturas nacionais: criação de um Banco Central que submeta os diversos bancos centrais e instituição de uma moeda única; homogeneização das estruturas tributárias, das normas de controle dos diversos ramos produtivos; fortalecimento do centro político em escala continental, o Parlamento Europeu, em detrimento das esferas políticas nacionais. A Europa de 1992 é o movimento mais avançado de superação das fronteiras nacionais e de constituição de um tipo de organização política federalista. Suas origens e suas contradições são a fonte de estudo mais importante que temos à mão.

Em outras partes do mundo, entretanto, podemos ainda vislumbrar (posto que embrionários) outros processos de federalização. Na América do Norte pode-se já prever a constituição de um único sistema econômico, através da eliminação da fronteira entre Estados Unidos e Canadá, mesmo que qualquer avanço político nessa direção ainda não seja perceptível. No Leste Europeu, submetido ao sistema socialista, apesar do caráter ainda incipiente das transformações, pode-se antever a constituição de um processo de federalização. Formas de regulação econômicas não centralizadas são preferidas, à regulação planificada; a ação econômica grupal, autônoma e privada, torna-se tolerada quando não é vivamente estimulada; os movimentos migratórios tendem a ser definitivamente permitidos. A própria União Soviética, diante do caráter extremamente heterogêneo de suas "repúblicas socialistas", tenderá a avançar em direção a uma estrutura federalista, ou será obrigada a recuar na sua **perestroika**. Os movimentos nacionalistas eclodem atualmente na Armênia, na Lituânia, na Estônia, e outros

desenvolver-se-ão alhures. Diante deles, ou a força militar os fará recuar, ou uma estrutura federalista os assimilará. Recentemente, um projeto de reorganização territorial e econômica do Governo romeno provocou uma mobilização tão decidida da população húngara, que os dois países tiveram de se entender e rever os critérios técnicos e políticos que orientavam o projeto inicial.

4 OBSTÁCULOS E CONTRADIÇÕES

A tentativa de pensar os obstáculos e as contradições de uma proposta federalista em escala universal, tendo-se em conta os problemas postos em evidência, quando se visualizam as experiências concretas de sua emergência no mundo, ajuda muito a compreender a dimensão dos problemas que ela enfrenta. Fato, aliás, bem necessário, se se quiser com essa proposta ir além do conforto de mais uma utopia que não se envolva com as dificuldades da vida real.

Em primeiro lugar, deve-se perceber que, conquanto as origens ideológicas fundamentais (pelo menos em duas de suas três correntes) do federalismo sejam anticapitalistas, os processos que constituem experiências deste gênero são hoje produzidos nos pólos mais avançados das sociedades capitalistas. Este paradoxo é, na verdade, aparente, se se compreender o caráter revolucionário do capitalismo, posto em evidência desde as teses de Marx. Mas, diante da primazia gandhiana na filosofia política mundial-federalista, torna-se mais difícil realizar essa assimilação. Vejamos alguns exemplos: a Europa de 1992 está sendo viabilizada, antes de tudo, como forma de enfrentar a concorrência dos dragões asiáticos. Alguns observadores já têm apontado que ela poderá vir a ser negativa para com os interesses do Terceiro Mundo, se decidir aprofundar a proteção de sua agricultura. Por outro lado, o processo que se desencadeia na Europa do Leste, conhecido por **perestroika**, tem por objetivo primordial recuperar a competitividade e a agressividade econômica de suas sociedades. Essa meta, evidentemente, é contrária à perspectiva gandhiana, antiprodutivista, anticompetitiva e solidária.

Evidentemente dever-se-á ter em conta que todos esses processos se inscrevem no mesmo contexto da sociedade capitalista, competitiva e agressiva, ou seja, o oposto do requerido por um federalismo mundial genuíno. Entretanto, se não quisermos transitar para uma ingênua dogmatização do bem e do justo, teremos de ceder à necessidade de visualizar no mundo real a própria possibilidade de nossas propostas mais abstratas. Os grandes obstáculos ao federalismo situam-se no terreno da organização econômica. Como abrir fronteiras, como integrar economias, sem que as classes mais desfavorecidas sejam exatamente as mais prejudicadas? De outra forma: num mundo que compete economicamente, voltado para a produção e acumulação de excedentes e não para a mera reprodução da sociedade, a eliminação de limites nacionais tende a beneficiar o nível de emprego nos países cuja produtividade é maior, fazendo com que ele caia nos países de menor produtividade. As barreiras nacionais são, nesse sentido, uma forma de defesa do emprego em cada país. Não por acaso, os sindicatos encaram com enorme prudência a Europa unificada.

De uma forma mais geral, uma das questões que devem ser formuladas é a seguinte: qual o sistema econômico que deverá constituir a base orientadora, normativa, de um sistema federalista? Ele será privatista, cooperativista ou socialista? Ou serão proporcionadas condições institucionais de coexistência para todas essas formas? (Na nossa opinião, se se tentar formular respostas positivas e exclusivas a estas perguntas, o

projeto federalista já não avançará mais um passo sequer. Se, por outro lado, essas questões não forem abordadas, tudo não passará de uma fantasia delirante).

O federalismo mundial é efetivamente uma tendência da economia mundial – um resultado da sua mundialização. Mas, para que ele possa evitar os efeitos perversos de que a modernidade é pródiga em exemplos, para que possa atacar e apresentar perspectivas de solução para os problemas que o justificam (tal como a crise ecológica), ele terá de mover um combate permanente contra a produtivismo que fundamenta e constitui os objetivos globais das sociedades modernas – sejam as capitalistas, sejam as socialistas. Fazer isso será constituir os elementos da superação da noção de **riqueza**, que está na base mesmo do imaginário da era moderna.

O fracasso até agora reiterado dos economistas gandhianos em elaborarem uma economia fundada sobre seus princípios, malgrado a influência ideológica desconcomunal que Gandhi havia deixado na Índia durante sua vida e através de sua morte, gerando um campo propício à ação técnica, não deve ser pensado como uma demonstração de impossibilidade, mas como uma advertência da complexidade da transformação que ela implica. É toda uma **era histórica** que terá de ser superada; uma organização econômica, relações políticas e, sobretudo, um imaginário que cristaliza e orienta, como uma força profunda, as ações humanas. A modernização nasceu com a separação entre os domínios do econômico e do ético; a fusão desses dois campos do social só poderá ser refeita ao preço da superação das bases mesmas do processo modernizante.

Nesse terreno, o da rede simbólica instituidora das sociedades contemporâneas, de sua permanência e de sua transformação, de seus méritos e de seus problemas, devemos procurar os signos e os indícios da revolução que este projeto significa. Assim poderemos compreender melhor sua dimensão e sua factibilidade.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 **NAÇÕES UNIDAS, Paris**, Commission Mondiale de l'Environnement et du Developpement. **Notre avenir a tous**. Paris, 1987.